

OBJETIFICAÇÃO DOS CORPOS DAS MULHERES: O SER-EM-SI E O OBJETO, UM ESTUDO DE REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

Paula Fernanda Savitras dos Santos
Acadêmica do curso de Psicologia do Centro Universitário de Pato Branco – UNIDEP.
paulasavitras@gmail.com

Denise de Fátima Kurpel
Docente do curso de Psicologia do Centro Universitário de Pato Branco – UNIDEP.
denise.kurpel@unidep.edu.br

*Simpósio Temático n° 23 – INTERSECCIONALIDADE E OS EFEITOS DE
SUBJETIVIDADE EM NARRATIVAS DE VIDA*

RESUMO

Muitos são os enredos intrínsecos à objetificação da mulher – onde o corpo se constrói como palco desse fenômeno, já que é a forma mais presente do ser se pronunciar no mundo, a partir das experiências e sensações. No entanto, a autonomia e a liberdade da mulher para com seu próprio corpo são constantemente ameaçadas por estruturas patriarcais e preconceituosas, que configuram a cultura em que a sociedade ocidental se construiu. Desta forma, o presente artigo visa apontar como as relações de gênero corroboram para a objetificação do corpo, realizando uma discussão sobre o objeto do corpo político, suas origens e suas consequências. No tocante a produção e coleta de dados foram feitas aplicações de um questionário - Biosociodemográficos e da Técnica de Associação Livre de Palavras - TALP - a uma amostragem de 52 mulheres (cis e trans) maiores de 18 anos. Após a coleta, os dados foram sistematizados para a análise de similitude no software Iramuteq - onde evidenciou-se que 36 mulheres já passaram por situações em que se sentiram inferiorizadas e desrespeitadas apenas por serem mulheres e 42 não se sentem representadas pelos papéis atribuídos socialmente a seus gêneros, da mesma forma, 31 delas relatam já terem sido privadas de fazer algo que queriam apenas por serem mulheres. A partir desse estudo entende-se que embora haja todo o estigma preconceituoso acerca do corpo das mulheres, tal constructo não é suficiente para predeterminar suas existências e cercear seus potenciais, mas esse contexto pode vir a ameaçar a liberdade, tanto coletiva quanto individual das mulheres.

Palavras-chave: Objetificação, Representações Sociais, Psicologia, Mulher.

ABSTRAT

There are many plots intrinsic to the objectification of women – where the body is built as a stage for this phenomenon, since it is the most present form of being to speak out in the world, based on experiences and sensations. However, women's autonomy and

freedom towards their own bodies are constantly threatened by patriarchal and prejudiced structures, which shape the culture in which Western society was built. Thus, this article aims to point out how gender relations contribute to the objectification of the body, carrying out a discussion about the object of the political body, its origins and its consequences. Regarding the production and collection of data, a questionnaire - Biociodemographic and the Free Word Association Technique - TALP - was applied to a sample of 52 women (cis and trans) over 18 years of age. After collection, the data were systematized for the analysis of similarity in the Iramuteq software - which showed that 36 women have already gone through situations in which they felt inferior and disrespected just for being women and 42 do not feel represented by the roles socially assigned to their genders, likewise, 31 of them report having already been deprived of doing something they wanted just because they were women. From this study, it is understood that although there is all the prejudiced stigma about women's bodies, such a construct is not enough to predetermine their existence and curtail their potentials, but this context may come to threaten both collective and individual freedom of women.

Keywords: Objectification, Social Representations, Psychology, Woman.

INTRODUÇÃO

Corpo e corporalidade entram em voga quando se pensa sobre representações de gênero, sejam eles binários ou não-binários. O que torna um corpo ser de homem ou de mulher? O corpo, além de expressão e emissor de sentidos, é objeto da cultura que o envolve - é reflexo influenciável do pensamento vigente em um dado momento histórico. Pensar no corpo como receptáculo da expressão de gênero com seus signos e significados - não ligado apenas à sua genitália, apontado como tal objeto, elucida um importante fator a ser analisado para compreender os padrões engessados de gênero a serem performados pelo indivíduo (MALUF, 2001).

O corpo humano é um objeto de estudo desde os primórdios da sociedade, suas funções e suas relações com o meio são as grandes pautas abordadas pelos filósofos durante os séculos. Recentemente esses estudos têm, por consequência da ciência e evolução da sociedade, se moldado para, também, outras grandes discussões, e entre elas, o corpo humano como um objeto político.

A malha social corrobora diretamente na forma como as pessoas se comportam, nas crenças e pensamentos. A construção da sociedade tem como base a submissão das mulheres perante aos homens, ou seja, não dá para negar o fato do enraizamento dessas relações de poder até os dias atuais.

A história, construiu uma visão patriarcal e racista perante aos corpos, e essa visão vem acompanhada de ataques, violência e submissão. Muitas vezes abordados de maneira implícita, como é feito com a sexualização do corpo feminino na mídia, ou, de maneira explícita, como os vários casos de estupro que acontecem diariamente.

Ao longo dos séculos o corpo coisificado foi alvo de estudos de cunho científico - históricos, antropológicos e filosóficos - à medida que se concebe um ideal de corpo, esse não se limita apenas em seu aspecto físico, “carnal”, uma vez que a cultura, a religião e todos os outros constructos sociais e políticos o complementam.

Dessa forma, segundo Dentz (2008), ao se tratar da objetificação, trata-se também do resultado desses constructos e como eles por vezes não só afetam, mas também distorcem, resultando na abstração da imagética corporal e no seu processo de atribuição de sentidos no que se constitui a subjetividade.

Pretende-se aqui apresentar um corpo inacabado, aberto, não só a novas formas de concepção, mas suscitar reflexões que permeiam o universo cultural do que é ser mulher. Como expõe, Merleau-Ponty (2006), a corporalidade não somente é uma forma do Ser expressar a sua existência no mundo, mas é também a forma como ele se percebe em meio ao mundo.

METODOLOGIA

Esse estudo foi desenvolvido a partir da disciplina obrigatória de Estágio Básico II e III, no curso de Psicologia do Centro Universitário de Pato Branco – UNIDEP, a partir de um projeto teto sobre gênero e representações sociais.

Participaram desta pesquisa 52 mulheres, maiores de dezoito anos. Como recurso metodológico foi utilizada a aplicação de um questionário contendo 17 perguntas. Entre elas, 5 eram a respeito dos seguintes dados das entrevistadas: idade, nível de escolaridade, se trabalha, a área em que trabalha, identidade de gênero e a orientação sexual. Quanto aos aspectos mais específicos em relação ao tema abordado - foram demandadas 8 questões objetivas de múltipla escolha e 4 questões abertas utilizando a Técnica de Associação Livre de Palavras (TALP). O questionário foi divulgado por meios digitais: Facebook, WhatsApp e Instagram e esteve disponível para o público do mês de agosto ao mês de setembro/2021.

Após a coleta, os dados obtidos durante o processo de pesquisa foram sistematizados em arquivos Word e Excel, posteriormente foi construído um corpus textual para a análise de similitude, realizada pelo software Iramuteq. A análise de similitude foi utilizada por se tratar de uma pesquisa de representações sociais, já que a técnica é capaz de identificar “as ocorrências entre as palavras, auxiliando na identificação da estrutura da representação” (CAMARGO; JUSTO, p.6, 2013) ao basear-se na teoria dos grafos de Marchand e Ratinaud (2012).

Como a pesquisa envolveu tanto os pesquisadores quanto os pesquisados foi de suma importância englobar a ética durante o trabalho, para que não resultasse em prejuízo para nenhuma das partes já que é dever do pesquisador ter o cuidado necessário com os dados levantados para que estes não sejam empregados de forma negativas e utilizados de má-fé a fim de tirar a voz e cercear o poder de quem está em situação de desigualdade. Pois assim como conceituado por Habermas (1987), a teoria deve prestar contas a práxis, ou seja, a teoria deve estar de acordo com a prática (HABERMAS, 1987).

Pensando nos aspectos supracitados, o projeto teto do qual deriva esta pesquisa foi avaliado e validado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEP-UNIDEP), obedecendo à Resolução CNS 510/2016 e à Resolução CNS 466/2012, que instituem, respectivamente, Procedimento Metodológicos Características das Áreas das Ciências Humanas e Sociais e as Diretrizes e Normas Regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Além disso, há a garantia do sigilo das informações dos participantes – durante todo o processo de pesquisa, através do uso do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

ANÁLISE E DISCUSSÃO DE DADOS

A MULHER E A OBJETIFICAÇÃO

Das 52 mulheres entrevistadas, 86,5% alegam conhecer o conceito de objetificação do corpo e sentem que a objetificação afeta negativamente suas vivências, além de também já terem ouvido relatos de outras mulheres que também já se sentiram afetadas. Apenas 3 mulheres não sabem o que é objetificação e as demais, apesar de saberem o que é, ou não acreditam que esse fenômeno ocorra ou nunca pararam para refletir sobre o tema. Os abusos quanto a autonomia do corpo da mulher se tornam

intrínsecos às suas existências, não acreditar não basta para anular um fenômeno, porém, pode alterar como este é percebido no cotidiano. Partindo desse pressuposto, tem-se que para compreender o conceito de objetificação, é necessário um breve estudo sobre o termo “cultura”, o qual é o principal fator para o surgimento da objetificação. Segundo Boris e Cesídio (2007) a cultura, apesar de possuir várias definições, exhibe os diferentes modos de organizações sociais do mundo todo. Ela é um objeto do qual vai transformando a si e a natureza, ou seja, muito diferente do que alguns pensam, a cultura é o contrário da natureza, mas as duas se complementam: a natureza transforma a cultura, assim como a cultura transforma a natureza (SANTOS, 2017). Neste viés um dos resultados apresentados, como mostra a Figura 1 é que 94,2% das entrevistadas concordam que a cultura influencia nos estereótipos de gênero normalmente atribuídos à mulher.

Em sua opinião, a cultura influencia nos estereótipos de gênero normalmente atribuídos à mulher?

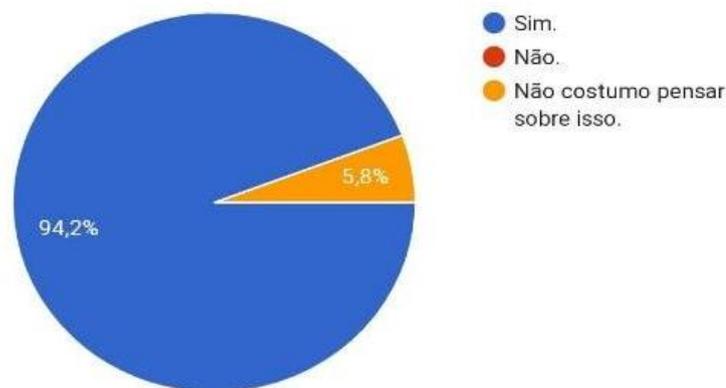


GRÁFICO 1: PERCEPÇÕES DAS RESPONDENTES SOBRE A INFLUÊNCIA DA CULTURA NOS ESTEREÓTIPOS DE GÊNERO.

A importância da discussão sobre a cultura é tratada por vários autores, pois o estudo sobre a história da mesma possibilita a reflexão da atualidade. Além de expor as diversidades e os diferentes modos de ser é também um fator importante na identidade do sujeito. Já que a cultura, juntamente com o período histórico, que constitui uma sociedade compreende as características e ações dos indivíduos.

Caldas (2001) salienta que “a relação entre o indivíduo e a participação na cultura de sua sociedade não é feita de forma aleatória, mas, principalmente, pela sua posição no quadro social e pela instrução anteriormente recebida para ocupá-la” (p. 27). Ou seja, o homem deve ser compreendido não apenas em relação à cultura total da sociedade, mas, também, tendo em vista as exigências

culturais e particulares determinadas pela posição social que ele ocupa nela (BORIS; CESÍDIO, p. 455-456, 2007).

Ao analisar a cultura voltada ao processo de objetificação do corpo, é possível inevitavelmente encontrar o termo “patriarcado”. Segundo Morin e Nader (2014), esse termo é bastante utilizado na literatura feminista, a qual explica a condição feminina na sociedade e a dominação masculina sobre a mulher. Ou seja, é a tradição a qual propõe a superioridade do sexo masculino em relação ao sexo feminino.

A partir do momento em que se entende o conceito de cultura e patriarcado, conclui-se que os dois estão interligados, pois é inegável que a história do mundo todo é marcada pela inferioridade feminina, como foi tratado por Loureiro (2014). As consequências dessa inferiorização é o elevado índice de violência contra a mulher, a sexualização dos seus corpos, padrões de beleza inalcançáveis, entre outros. Mesmo o movimento feminista tendo várias vitórias ao longo da história, presencia-se essas consequências no cotidiano diariamente.

Assim, chega-se ao estudo sobre a objetificação do corpo como consequência da cultura patriarcal. A objetificação segundo Lourenço, et al (2014), é colocar um indivíduo ao nível de objeto, sem considerar outros atributos, como emocionais e/ou psicológicos.

A banalização do corpo feminino é uma pauta abordada por todo o movimento feminista, ganhando cada vez mais visibilidade na luta contra o machismo. A diminuição do ser humano mulher a apenas um corpo, sem emoções e gostos é presente no dia-a-dia. Um modo de existir é imposto para todas as mulheres, onde existe um corpo ideal, o qual é, na maioria das vezes inalcançável.

Os autores Boris e Cesídio (2007) esclareceram que uma nova forma de existir foi imposta às mulheres, forma essa que passou a valorizar a estética do corpo, sua independência financeira, posição social e profissional. Esses fatores contribuíram para a construção de uma nova subjetividade, uma nova forma de se perceber no mundo, quiçá de objetificação. Conceito este que parte de um processo que atribui ao ser humano a ideia de um material simbólico cabível de utilização, além de ser dominado pelo outro. A objetificação do corpo feminino está atrelada à banalização da imagem da mulher, em relação a sua aparência física, como ela deve agir, como deve se parecer e, principalmente, em relação ao tamanho e formato que seu corpo deve ter (SANTOS; TRINDADE; SANTOS, p. 125, 2020).

Não é novidade que os aspectos culturais e históricos construíram a imagem da mulher como um ser inferior e que deve ser submisso, criando assim, diversos estereótipos, e entre eles a objetificação do corpo, ou seja, um olhar para o corpo dito como “feminino” como se fosse um objeto, sem sentimentos, o qual está ali para satisfazer

desejos masculinos. Essa objetificação está visível em várias áreas da sociedade, como por exemplo, as propagandas publicitárias que são exibidas na mídia, demonstrando corpos de mulheres praticamente nuas, colocando-as em uma posição de fragilidade, além da hiperssexualização e padrões de beleza inatingíveis (DE CARVALHO, 2020). Dessa forma, as propagandas publicitárias são um dos maiores meios para a proliferação desses comportamentos, já que utilizam da nudez feminina para vender produtos, os quais na maioria das vezes não tem relação nenhuma com a nudez. Esse uso inapropriado do corpo como objeto, infelizmente contribui para os elevados números de visualizações que essas propagandas possuem. Ou seja, esse conteúdo é extremamente consumido, tanto por homens quanto por mulheres.

Considerando que as mulheres aprendem desde a infância que os corpos femininos são objetos de constante observação, avaliação e potencial objetificação sexual, a Teoria da Objetificação propõe que esse ambiente cultural objetificante as leva a introjetarem esse comportamento e a tratarem a si mesmas como objetos a serem observados e avaliados de acordo com sua aparência (LOUREIRO, p.20, 2014).

Os resultados da pesquisa não se distanciam desse contexto: 80,8% das respondentes não se sentem representadas pelos papéis atribuídos às mulheres, já ao serem questionadas sobre a representação nas propagandas publicitárias, 69,2% não se sente representada, cerca de 21% não costuma pensar sobre isso e apenas 9,6% alegam sentirem-se representadas quanto a corpos, vivências, produtos anunciados, entre outros.

Os impactos disso, são visíveis diariamente na vida das mulheres, tanto por meios externos, como as violências sofridas, quanto por meios internos, como transtornos alimentares, vergonha, introversão, submissão. Como pode-se entender no texto a seguir:

Os padrões estéticos pré-estabelecidos estão diretamente ligados às práticas alimentares e o público que, majoritariamente, sofre os efeitos da problemática são as mulheres. A naturalidade com a qual a cultura pós-moderna percebe o corpo feminino como um modelo de beleza seguindo um ideal de magreza tem obrigado mulheres a modificarem sua forma física em busca de bem-estar e autoestima, já que, nesse contexto, a promessa de felicidade pode estar diretamente ligada ao alcance de um ideal de corpo imposto e legitimado culturalmente (SANTOS; TRINDADE; SANTOS, p. 127, 2020).

A erotização do corpo feminino também é apontada como uma consequência, já que esses meios, como previamente tratado, utilizam a nudez para a venda de produtos. Obviamente essa sexualização da mulher é muito anterior à essa época de propagandas digitais, porém, as mesmas se aproveitam disso, e conseqüentemente ajudam esses comportamentos serem vistos como se fossem “naturais” (MORIN, 2002).

Essa objetificação, para Boris e Holanda (2007), apesar de afetar diretamente as mulheres, é destinada aos homens, tem por sua existência a aprovação do público masculino. Isso afeta desde muito cedo na vida de meninas, já que precisam desde sempre aprender a evitar assédios, se vestir de uma maneira que cubra seu corpo, sofrer violências sexuais (inclusive dentro de suas famílias). Os corpos das mulheres seguem constantemente expostos, ofertados como produto – sendo influenciados pela mídia que preestabelece padrões estéticos inalcançáveis, associando o “ser bela” a estar dentro do padrão imposto socialmente. Esse contato negativo com o modelo estético imposto gera inúmeras insatisfações com os corpos que são reais, os efeitos são inúmeros: entre eles, por exemplo, em relacionamentos heterossexuais onde a mulher é colocada na posição de objeto de prazer e seus únicos atributos são de conceder prazer à figura masculina da relação e satisfazer todos os desejos deste.

O CORPO E A OBJETIFICAÇÃO

Pensar na conceituação do corpo pode variar conforme o ponto referencial tomado como fundamento. Pensando no aspecto antropológico é possível identificar o corpo como político - uma vez que essa massa funcional que pesa no planeta terra se insere no meio em que vive, se projetando socialmente, tangenciando outras vivências e produzindo interferências sempre que possível. O corpo é político a partir do momento que é social já que é através dele que os sujeitos têm acesso ao mundo e o mundo tem acesso aos sujeitos. Tal massa funcional também é concebida como palco de sujeições e adestramentos sociais. Para Foucault (1987), o corpo é submetido a processos de aprendizado, onde este passará a saber como se comportar e movimentar, de forma precisa e rítmica – um processo de adestramento, “o corpo torna-se útil e eficiente, mas ao mesmo tempo torna-se dócil e submisso: o corpo só se torna força útil se é ao mesmo tempo corpo produtivo e corpo submisso” (p. 28).

Consequentemente, o corpo se torna objeto. E embora todo corpo possa ser objetificado em algum momento, pautas feministas trazem ao repertório de lutas, o tema da objetificação do corpo da mulher. Em termos de representações ao se pensar no que é um “corpo de mulher” vem no ideário do senso comum, quase que automaticamente, um manequim – com seios acentuados, cabelos longos, pernas torneadas, braços esguios, mãos bem cuidadas, entre outros aspectos; ao se pensar em seus atributos subjetivos logo

se constrói uma imagem de delicadeza, sentimentalismo, fraqueza, de pessoa indefesa, emocionalmente instável, completamente capacitada para a maternidade e afazeres domésticos. Para Jodelet (2001), as representações sociais são um “fenômeno complexo” e na dinâmica social se tornam guias das ações dos sujeitos e abarcam inúmeros elementos – sejam eles de cognição, ideológicos, normativos, de cunho biológico ou até mesmo crenças e valores – organizados categoricamente a fim de cunhar preceitos, ideias e ações referentes a um determinado grupo identitário.

A mulher em suas fases de desenvolvimento, no decorrer de sua vida, ouvirá muitas frases que tentam limitar suas ações, seus pensares, suas potencialidades como um todo, resumindo-a a um estereótipo de gênero elaborado por grupos dominantes e reforçados por todos – inclusive por algumas mulheres também, pois tais ideias machistas, apesar de partirem de um indivíduo, ao se integrarem no repertório cultural se cristalizam e em determinado momento passam a ser externos ao sujeito de modo que acabam por constituir tênues regras sociais a serem seguidas. E desde cedo essas regras intimistas ensinam e reafirmam a uma mulher o que é e como deve ser uma mulher. E mesmo ela se submetendo ou não ao que é idealizado, sua identidade não estará a salvo de represálias - tanto pelo que faz quanto pelo que deixa de fazer, porque o alvo não é suas ações e motivações e sim o ser-em-si, o que ela é. Para Bourdieu (1998, p.52),

A dominação masculina, que constitui as mulheres como objetos simbólicos, cujo ser (esse) é um ser-percebido (percipi), tem por efeito colocá-las em permanente estado de insegurança corporal, ou melhor, de dependência simbólica: elas existem primeiro pelo, e para o olhar dos outros, ou seja, enquanto objetos receptivos, atraentes, disponíveis. Delas se espera que sejam ‘femininas’, isto é, sorridentes, simpáticas, atenciosas, submissas, discretas, contidas ou até mesmo apagadas. E a pretensa ‘feminilidade’ muitas vezes não é mais que uma forma de aquiescência em relação às expectativas masculinas, reais ou supostas, principalmente em termos de engrandecimento do ego. Em consequência, a dependência em relação aos outros (e não só aos homens) tende a se tornar constitutiva de seu ser.

Isso evidencia-se no decorrer da pesquisa a partir do momento que destas 52 mulheres, apenas 13,5% se sentem confortável com seus corpos (GRÁFICO 2) e as demais que não se sentem confortáveis sentem que há pressões externas para mudá-los, sendo que 36,5% acreditam que tenha relação com a pressão que a mídia exerce ao vender a imagem de um corpo perfeito.

Em relação à gênero e corpo

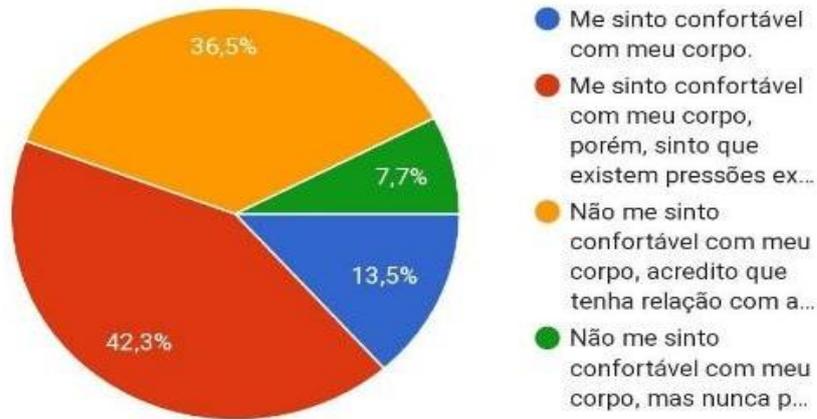


GRÁFICO 2: PERCEPÇÕES DAS RESPONDENTES SOBRE GÊNERO E CORPO.

E é aqui que se pode inserir o termo corpo político citado anteriormente: seu corpo identitário é tido como um manequim, passível de manipulações e interferências destituída de visibilidade – as representações podem afetar diferentes setores de sua vida, mas são apenas idealizações instituídas há tanto tempo no ideário do senso comum que hoje se apresentam apenas como sombras que respaldam atitudes. Mas isso não define o que a mulher de fato é, e é vazio de sentido quando comparado às suas vivências: se perguntar às mulheres se de fato se sentem assim, ou se veem a si mesmas com essas mesmas ideações, a resposta provavelmente será “não”.

Durante a pesquisa, ao serem questionadas quanto a liberdade e os papéis atribuídos à mulher 31 delas afirmam já terem sido privadas de fazer algo apenas por serem mulher e 16 mulheres afirmam que já tentaram lhe privar de algo, mas não foi suficiente para impedi-las de fazerem o que queriam, destes resultados apenas 9,6% informam nunca terem sido privadas de fazer algo que queriam apenas pelos seus gêneros. Não se pode esperar triplas jornadas – sobrecarga de trabalho – de seres “instáveis e sentimentais”. E ao atribuir os afazeres domésticos a qualquer sujeito não se espera fraqueza. Também não se espera mulheres em posições de poder, fazendo história, que nem por isso elas deixaram de existir nesses espaços. A questão é que embora essas ideações possam influenciar e por vezes limitar, não passam de ideias que não determinam as potencialidades de nenhum sujeito, muito menos de quem pôs ao mundo

a humanidade e carrega o mundo nas costas – pois se é para pontuar, Atlas não era homem. Para Franco, o processo de cristalização das representações sociais pode ser chamado de objetivação, onde as ideias e opiniões passam a se concretizar, esse processo passa a ser o núcleo de uma determinada representação “evocada e concretizada” como real para o grupo o qual acredita nela (FRANCO, 2004).

E nem sempre tais ideações chegam à vivência de todas as mulheres: há muitos riscos em generalizar – pois quando fala-se em vivências, diversas são as condições que podem se apresentar e diversas são as questões que atravessam tanto o indivíduo quanto os movimentos que surgem a partir dele. No entanto, nem saudável é relativizar: uma vivência não anula outra e algumas exceções não são assim tão capazes de extinguir por si só uma representação social, pautada em ideações. Isso significa dizer que há um extenso repertório machista, sexista, misógeno (que influencia e até mata) fundamentando as atitudes do coletivo, logo, é sistêmico. Algumas mulheres podem não ter vivenciado tais representações até então, ou não ter consciência delas em suas vidas, mas em determinado momento poderão ter contato com elas – pois são externas e muito maiores que o próprio sujeito. Nas representações sociais há o constructo de teorias de senso-comum (teorias populares) que podem se fundir e ressignificar as teorias de cunho científico, tentando explicar a realidade, ao definir regras que especificam condutas humanas (ALMEIDA; CUNHA, 2003).

De toda a análise feita, mediante os resultados obtidos, o mais curioso foi a análise de similitude, feito pelo software Iramuteq. Do questionário 4 questões eram descritivas: 1 era para relatar um episódio em sentiu-se objetificada e 3 delas pediam que a entrevistada associasse 5 palavras a:

- O que é ser mulher;
- O que vem à mente quando lê a pergunta “Qual o papel da mulher na sociedade?”;
- O que vem à mente quando pensa sobre o corpo ideal para uma mulher.

Essas questões foram aplicadas através da Técnica de associação livre de palavras, que é, segundo Tavares et al (2013), uma ferramenta utilizada com o intuito de coletar dados fornecendo assim informações projetivas. Merten (1992), define-o como uma construção ou compreensão filosófica sobre a associação de ideias. Jung (1906) é quem a aplica clinicamente, vanguardista do método, utiliza-o para identificar os complexos cerebrais subjetivos, ou seja, a personalidade intrínseca e individual. Hoje é aplicada

através do campo clínico psicológico social, mais precisamente, na Teoria das Representações Sociais.

Quanto as respostas, as mais variadas. Mas dentre elas houve uma constante. Sobre o que é ser mulher, entre essas 52 sujeitas, obteve-se palavras como força, coragem, performance, inteligência, luta e desafio. Quanto ao papel da mulher, houveram respostas relacionadas aos papéis da maternidade, e de dona de casa, do papel de servidão perpassando para o mais citado: qual ela quiser. Da mesma forma, os corpos ideais passaram por conceitos como loira, branca, com curvas além da frustração e dos ideais de corpos inatingíveis. Ao passar esses dados pela análise de similitude as palavras que mais se evidenciaram foram: não, quando, homem, mulher, forte, força, luta e coragem. E de forma minúscula e isolada, como uma resistência pertinente, tem-se a palavra “liberdade” (FIGURA 1).

Como ser livre em um meio que oprime e mata? Os obstáculos acabam por vir de encontro com a potência que é existir enquanto mulher e mesmo assim, há resistência. Na cultura ocidental o gênero feminino tem sido idealizado como o gênero não-masculino, tidos como contrários e de negação, ou ainda de complementação, um do outro. Ao ideário imagético do homem cabe a figura de força, de inviolabilidade, de racionalidade – o sexo dominante, que construiu o mundo a sua imagem e semelhança. Essas ideias também não servem para compreender o ser-em-si presente no homem e não são capazes de determinar sua subjetividade. Em termos de realidade é possível afirmar que tanto características tidas como “masculinas” quanto características tidas como “femininas” podem estar presentes simultaneamente tanto nos homens quanto nas mulheres: refere-se a vivências múltiplas e interseccionais. Essa divisão entre os gêneros pode ser considerada normal e objetivada nas coisas, agindo em funcionalidades de sistemas de “percepções, pensamentos e ações” que a partir dessa naturalidade passa a ganhar legitimação (FOUCAULT, 1998).

Os discursos nas relações de poder socialmente instituídos sempre que podem subjagam e inferiorizam as mulheres, personificando o homem como figura representativa superior.

Já a mulher só conseguiu alcançar maior autonomia e papéis de “relevância” a partir do momento que se inseriu no mercado de trabalho, com maior acesso às escolas e academias, com uma das importantes conquistas feministas, o sufrágio, podendo ser ativa na política - no entanto, tal cenário ainda tem como pano de fundo a desigualdade entre

os gêneros e nessa lógica o “sujeito” é o homem e o “objeto passivo” é a mulher (DE OLIVEIRA, 2020).

E embora ser mulher possa assumir muitos significados, levando em consideração as diversas vivências e subjetividades, existir enquanto mulher compreende uma luta constante de se reafirmar enquanto pertencente à e senhora de si mesma: ato de protesto de (r) existência em um mundo que se mostra moldado para um corpo que não é o seu e por vezes se apresenta deveras hostil.

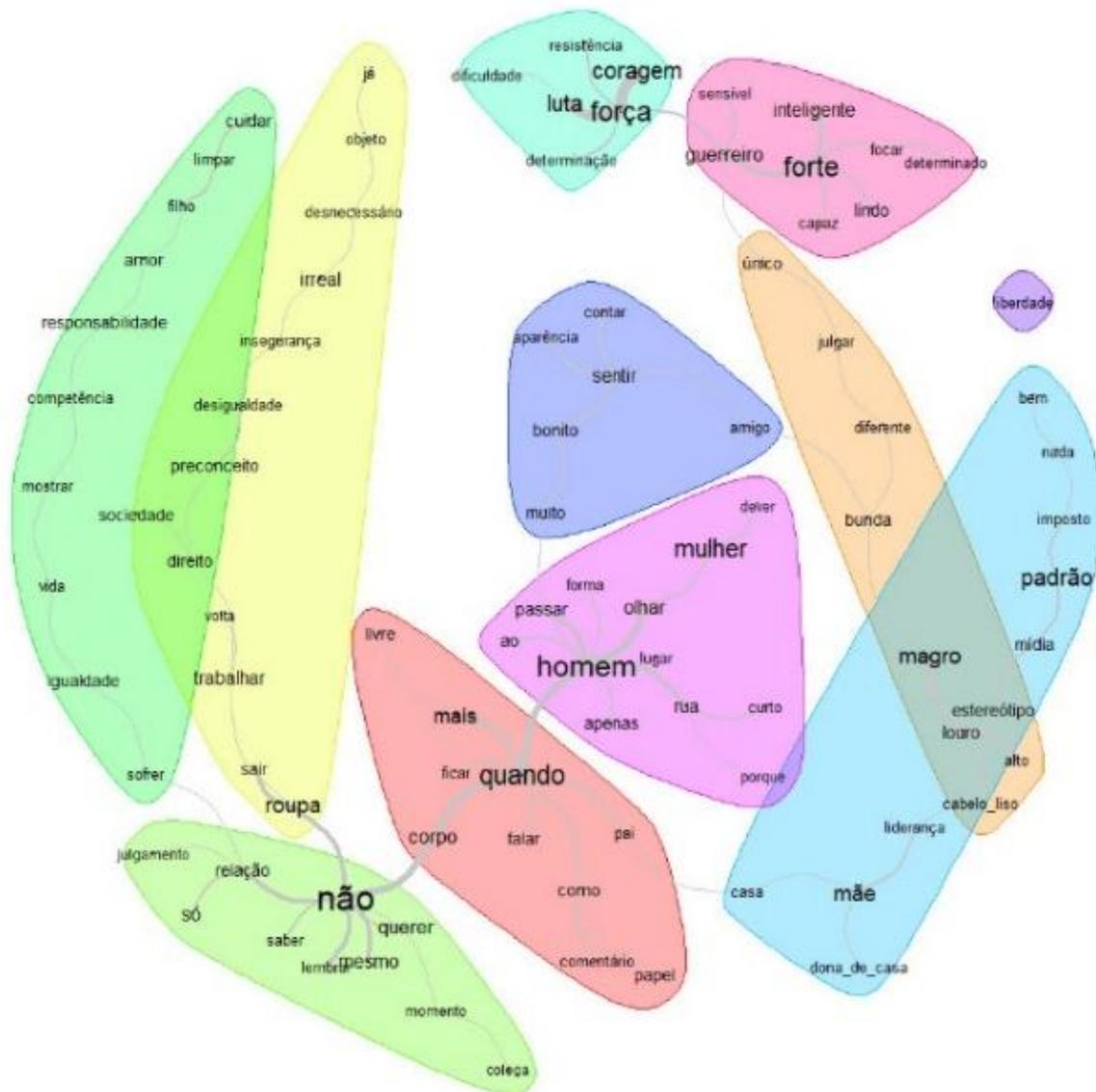


FIGURA 1: ANÁLISE DE SIMILITUDE DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DAS RESPONDENTES SOBRE A OBJETIFICAÇÃO DO CORPO DAS MULHERES.



CONCLUSÕES OU CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao se pensar nas diversas vivências interseccionais que se apresentam, ser mulher normalmente se configura como sinônimo de luta. Diante das percepções das entrevistadas observa-se neste estudo a confirmação da hipótese inicial: embora haja todo o estigma preconceituoso acerca do corpo das mulheres, tal constructo não é suficiente para predeterminar suas existências e cercear seus potenciais. No entanto, a partir dos resultados, principalmente da análise de similitude, entende-se que a liberdade tanto coletiva quanto individual destas mulheres é constantemente ameaçada.

Considera-se, por fim, que este estudo se configurou como um espaço que possibilitou a livre expressão de 52 mulheres acerca de suas próprias vivências e suscitou reflexões sobre as problemáticas que permeiam as questões de gênero.

Nesse aspecto, o estudo contribui para evidenciar a importância da Psicologia em discussões desse viés temático, já que esta viabiliza a compreensão das pluralidades que se apresentam no cotidiano do ser humano.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Angela Maria de Oliveira; CUNHA, Gleicimar Gonçalves. Representações sociais do desenvolvimento humano. *Psicologia: reflexão e crítica*, v. 16, n. 1, p. 147-155, 2003.

BARBOSA, Eduardo F. Instrumentos de coleta de dados em pesquisas educacionais. Educativa, out, 1998.

BOURDIE, Pierre. *A Dominação Masculina*. Trad. Maria Helena Kühner. 2.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

BORIS, Georges Daniel Janja Bloc; CESIDIO, Mirella de Holanda. Mulher, corpo e subjetividade: uma análise desde o patriarcado à contemporaneidade. *Rev. Mal-Estar Subj.*, Fortaleza, v. 7, n. 2, p. 451-478, set. 2007. Disponível em

<http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-61482007000200012&lng=pt&nrm=iso>. Acessos em 30 abr. 2021.

BRAGALIA, Ana Paula; PEREIRA ARTEMENKO, Natália; SILVA LOURENÇO, Ana Carolina. A “objetificação” feminina na publicidade: uma discussão sob a ótica dos estereótipos. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. Maio de 2014, Vila Velha – Paraná;

LOURENÇO, Ana Carolina. A “objetificação” feminina na publicidade: uma discussão sob a ótica dos estereótipos. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. Maio de 2014, Vila Velha – Paraná;

CAMARGO, Brígido Vizeu; JUSTO, Ana Maria. Tutorial para uso do software de análise textual IRAMUTEQ. Florianópolis-SC: Universidade Federal de Santa Catarina, 2013.

CARVALHO, Ana Luíza Duarte de et al. FEMINICÍDIO COMO REFLEXO DA CULTURA DE OBJETIFICAÇÃO E DOMINAÇÃO DA MULHER. Revista Relicário, v. 7, n. 13, p. 116-135, 2020.

COSTA, A. K. Hipersexualização frente ao Empoderamento: a objetificação do corpo feminino evidenciada. Anais do Seminário de Gênero e Sexualidade, 2018.

DENTZ, René Armand. Corporeidade e subjetividade em Merleau-Ponty. Intuitio, v.1, n.2, 296-307, 2008.

FOUCAULT, Michel. História da sexualidade I: a vontade de saber. Rio de Janeiro. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque e J.A. Guilhon Albuquerque. Edições Graal, 1988.

FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir. Petrópolis: Vozes, 1987.

FRANCO, Maria Laura Puglisi Barbosa. Representações sociais, ideologia e desenvolvimento da consciência. Cad. Pesqui., São Paulo, v. 34, n. 121, p. 169-186, Apr. 2004. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-

15742004000100008&lng=en&nrm=iso>. access on 30 Apr. 2021.
<https://doi.org/10.1590/S0100-15742004000100008>.

GÜNTHER, Hartmut. Pesquisa qualitativa versus pesquisa quantitativa: esta é a questão?.
Psicologia: teoria e pesquisa, v. 22, n. 2, p. 201-209, 2006.

HABERMAS, Jürgen. Teoría y Práxis: Estudios de Filosofía Social. Trad. Salvador Mas
Torres y de Carlos Moya Espi. Madrid: Tecnos, 1987

JODELET, Denise. Representações sociais: um domínio em expansão. As representações
sociais, v. 17, p. 44, 2001.

LOUREIRO, C. P. (2014). Corpo, beleza e auto-objetificação feminina. Dissertação de
Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Universidade Federal do Espírito
Santo. Vitória, Espírito Santo;

MALUF, Sônia Weidner. Corpo e corporalidade nas culturas contemporâneas:
abordagens antropológicas. Esboços: histórias em contextos globais, v. 9, n. 9, p. 87-101,
2001.

MARIN, Mirela Morgante; NADER, Maria Beatriz. O patriarcado nos estudos
feministas: um debate teórico. Julho de 2014.

MERTEN. T. O Teste de Associação de Palavras na Psicologia e Psiquiatria: História,
Método e Resultados. In: Revista Análise Psicológica, 31-541. 1992.

MERLEAU-PONTY, Maurice. Fenomenologia da percepção. 3ª ed. São Paulo: Martins
Fontes, 2006.

OLIVEIRA, Isabella Raysa Santiago de et al. O SIMULACRO DA MASCULINIDADE
COMO ARQUÉTIPO CULTURAL DA OBJETIFICAÇÃO DO CORPO FEMININO:
DA VIRILIDADE AO ESTUPRO. Revista Brasileira de Direito e Gestão Pública, v. 8,
n. 2, p. 332-344, 2020.

PAIVA, Vera Lúcia Menezes de Oliveira e. Reflexões sobre ética e pesquisa. Rev. bras. linguist. apl., Belo Horizonte, v. 5, n. 1, p. 45-61, 2005. Available from <http://www.scielo.br/scielo.phpscript=sci_arttext&pid=S198463982005000100003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 10, de maio, 2021. <http://dx.doi.org/10.1590/S1984-63982005000100003>.

RAUPP, Fabiano Maury; BEUREN, Ilse Maria. Metodologia da pesquisa aplicável às ciências. Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática. São Paulo: Atlas, p. 76-97, 2006.

SANTOS, J. A. S. dos.; TRINDADE, V. L. R. da.; PEREIRA, O. P.; SANTOS, L. da S. TRANSTORNO ALIMENTAR E OBJETIFICAÇÃO FEMININA: UM RESULTADO DAS RELAÇÕES DE PODER? Revista JRG de Estudos Acadêmicos, [S. l.], v. 3, n. 7, p. 123–142, 2020. DOI: 10.5281/zenodo.3992831. Disponível em: <http://www.revistajrg.com/index.php/jrg/article/view/44>. Acesso em: 1 maio. 2021.

SANTOS, José Luiz dos. O que é cultura. Edição e-book 2017. Tatuapé, São Paulo: editora e livraria Brasiliense. 2017;

SILVA, Gisele Cristina Resende Fernandes da. O método científico na psicologia: abordagem qualitativa e quantitativa. 2010.

TAVARES. Derek Warwick et al. Protocolo Verbal e Teste de Associação Livre de Palavras: perspectivas de instrumentos de pesquisa introspectiva e projetiva na ciência da informação. Ponto de Acesso, Salvador, v.8, n.3, p. 64-79, dez. 2014.